

# Língua e literatura: interseções!\*

Hugo Mari\*\*

Ida Lúcia Machado\*\*\*

Maria de Lourdes Meireles Matencio\*\*

## Resumo

Com base em reflexão acerca de aportes teóricos que sustentam iniciativas de aproximação das áreas de língua portuguesa e literatura e considerando os debates efetivados nas mesas-redondas, minicursos e sessões de comunicação do I Simpósio de Língua e Literatura: Interseções, o presente trabalho discute tanto evidências que ora apontam para as inter-relações necessárias entre os domínios da língua e da literatura ora sugerem a produtividade de marcá-los como territórios autônomos, quanto divergências – de abordagens, conceitos e posicionamento político – vivenciadas nos diferentes espaços institucionais.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Literatura; Enunciado; Enunciação.

## ANTECEDENTES

Os dois objetos conceituais – “língua e literatura” –, que foram problematizados sob a ótica de interseções, nesse I Simpósio de Língua Portuguesa e Literatura, parecem gerar, ao mesmo tempo, evidências de um compromisso necessário, ao situar a língua como *medium*, e divergências que implicam uma separação fundamental, ao destacar o alcance da língua e da literatura, vistos como objetos autônomos.

Do lado das evidências, caminhamos de experiências bem sucedidas em planos variáveis, até práticas de um reducionismo descabido: o primeiro aspecto é resultante de atividades textuais em níveis escolares diferenciados, em que o

---

\* Gostaríamos de agradecer a colaboração fundamental dos relatores, não apenas pelas informações que nos foram trazidas das mesas-redondas e dos minicursos, como também pela sua participação nos debates preparatórios para a elaboração desta síntese.

\*\* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

\*\*\* Universidade Federal de Minas Gerais.

acirramento da independência conceitual entre os dois objetos pode ser dispensado; o segundo costuma decorrer de extensões teóricas apressadas e pouco refletidas. Quanto às divergências, a importância do reconhecimento da autonomia parece se justificar pelo grau de complexidade derivado dos aspectos que envolvem o domínio teórico de um e outro objeto. Os domínios da língua e da literatura, nas últimas décadas, não apenas avolumaram o número de categorias que se fizeram disponíveis para sua compreensão, como também produziram autênticas reorientações no teor de sua concepção. É claro que, nesse percurso denso da reflexão teórica, avanços e recuos fazem parte da rotina e, com certeza, têm servido para construir o traçado histórico de cada um dos objetos.

Há, ainda, um terceiro setor, em que se acumulam problemas administrativos e do qual se espera um alívio das tensões: trata-se da (in)gerência formal cultuada nas agências de fomento, nos colegiados e nos programas de curso, ora acirrando a “diáspora”, ora patrocinando fusões *ad hoc*. O Simpósio não elege esse setor como um fórum essencial para discussão do tema e, por essa razão, a nossa intervenção aqui se resume a esse registro. Os fatos que ilustram comportamentos e tentativas nas duas dimensões anteriores – o interesse maior da nossa reflexão – sustentam o núcleo teórico da discussão de forma profunda, ainda que não exclusivamente.

## O PROBLEMA

O teor menos taxionômico e mais funcional e estrutural na percepção dos fatos da língua, enfaticamente assinalado a partir do estruturalismo, engendrou muitas formulações e polêmicas sobre a existência de algum comprometimento metodológico entre língua e literatura. Seria impossível, neste espaço, lembrar todas as iniciativas que buscaram colocar em jogo uma correlação entre os dois campos e, em particular, um certo esforço que foi feito dentro da lingüística para mostrar como certas descobertas nesse campo poderiam tornar-se instrumentos factíveis na compreensão de aspectos da literatura. Seria importante também não se iludir sobre as desconfianças que esses ensaios de aproximação causaram, a ponto de um autor como Greimas (1978), certamente alguém que trabalhou decisivamente nesse território, ter escrito no final do seu livro **Semântica estrutural**:

Acreditamos não ser útil apresentar, ao final (provisório) dessas reflexões, uma amostra da descrição, mais ou menos completa, que opera a partir de um corpus dado, que dê conta dos procedimentos utilizados e que proponha, enfim, os modelos definitivos de organização de um micro-universo semântico. Escolhemos, nesse intento, o universo de Georges Bernanos. (p. 288)

Em nenhum momento, o autor está nos dizendo que esse “micro-universo semântico” representa um mapeamento dos problemas de sentido da literatura. No entanto, a inclusão da literatura, como uma das possibilidades, não é uma inferência descabida, por aquilo que conhecemos de preocupações posteriores do autor e daqueles que fizeram uso de sua teoria. A análise que Greimas desenvolve, na seqüência desse parágrafo, assume como foco uma tese construída sobre categorias de Bernanos, representadas pelo eixo vida-morte. Existe todo um processo de escansão lexical do texto em função desse eixo e ilações conseqüentes para mostrar como outras categorias circulam em torno desse tema central. Nada do que foi desenvolvido na análise poderia diminuir o valor literário de uma obra, se esse estivesse em questão; na nossa percepção, nada aqui, porém, exalta esse valor de modo singular: qualquer tratado sobre doenças graves talvez permitisse isolar, com igual profundidade, o teor da análise desenvolvida pelo autor.

Embora esse estágio inicial da formulação do autor tenha alcançado graus mais elaborados, sobretudo em relação à estrutura da narrativa, não há evidências da sua efetiva aplicação na compreensão dos fatos literários. Muitas das análises desenvolvidas nessa direção tiveram caráter local e restringiram-se ao domínio pessoal de uma teoria de que dispunha o seu realizador, o que impossibilitava atribuir-lhe um alcance metodológico amplo. Todavia, já nesse início da discussão, um fato parecia se destacar de modo mais incisivo: a constatação de que os padrões de análise captavam estruturas e comportamentos textuais que transcendiam qualquer tipologia valorativa dos efeitos de sentido, ainda que das formulações posteriores do autor tenham sido derivadas muitas análises, sobretudo aquelas relativas à estrutura actancial da narrativa. A impressão que acaba prevalecendo é a da existência de dificuldades nessas análises, que parecem estar sendo construídas mais para justificar o funcionamento das categorias conceituais, e menos para mostrar o funcionamento do texto ou dos efeitos de sentido do texto, a partir dessas categorias.

Essa indecisão continua sendo fonte de muitas críticas e ainda permanece como um ponto de tensão entre tentativas de pensar a especificidade da literatura (ou dos textos que ela encerra) a partir de categorias que representam descrições lingüísticas amplas. Apesar de tudo, não se pode também negar que o uso dessas categorias, enquanto justificativa para a interpretação, pode representar uma compreensão cada vez maior da especificidade de certos objetos discursivos que um determinado texto pode alcançar e é, com esse objetivo, que todas essas tentativas têm sido ensaiadas.

Buscando entender, de modo mais direto, a natureza das dificuldades, relacionando língua e literatura, essas abordagens sempre demonstraram preocupação de buscar, na língua(gem): 1) senão o fundamento para a literatura, com base

em uma forma especial de uso, como quer Steiner (1990) “A literatura é linguagem, mas a linguagem em uma condição de uso especial: sendo essa condição de total significação e de uma significação que é – para todo poema ou prosa literária verdadeiros – singular” (p. 127); 2) ao menos uma condição para sua existência, à medida que a língua comporta ajustes que possibilitam fazer funcionar a literatura, como quer Barthes (1980):

Mas a nós que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura. (p. 16)

Como se nota, nos registros acima, a materialidade da língua nunca foi refutada como uma instância do fazer literatura. E mais ainda, se a literatura deve parte de sua existência a um modo particular de funcionamento que a língua assume (“condição de uso especial; trapacear com a língua, trapacear a língua”), o desafio que se coloca é o de mostrar qual é essa feição da língua que atende à literatura, de modo específico. Aqui talvez residam os nossos maiores desafios: os avanços da lingüística na compreensão dos fatos da enunciação, no geral, e da oralidade, em particular, têm questionado a existência de formas singulares do funcionamento da língua que possam ser específicas na ratificação dos efeitos literários. No entanto, se não situamos essa especificidade do texto literário em formas de funcionamento da língua, onde é que deveríamos situá-la?

O impasse pode nos levar a atribuir essa especificidade a atitudes vinculadas à instância de produção e/ou à de recepção. Nada que viesse, por exemplo, fazer uso de intenções situadas nas duas instâncias seria suficiente para justificar singularidades que estivéssemos reivindicando para qualquer tipologia textual e não apenas para o literário. Existem diferenças fundamentais entre os textos, atestadas pela nossa forma de interação com eles, pelo grau de empatia que criamos com eles; mas tudo isso ainda parece habitar o território da nossa intuição mais do que o da nossa razão.

## E AS INTERSEÇÕES?

Com base nesses breves comentários, gostaríamos de apresentar algumas das manifestações que foram reportadas das diversas mesas-redondas e minicursos realizados ao longo do Simpósio. Nos relatos que resumem as atividades do Simpósio, deparamo-nos com registros que concernem: (1) à ausência de uma problematização direta das dificuldades sobre as interseções; (2) à falta de obje-

tivos claros na focalização das interseções no plano conceitual; (3) à declaração de propósitos sobre a importância de efetivação do tema; (4) a relatos de experiências com o tema. Os dois itens iniciais não implicam que os participantes não tenham abordado o tema proposto, mas, apenas, que não o explicitaram de forma direta. Além do mais, não computamos, a partir do conjunto das atividades, nenhuma estatística da recorrência dos fatores acima; devemos conferir-lhe alguma validade, enquanto uma constatação diversificada e geral das atividades. Não se pode falar também da existência de consensos prático-teóricos sobre interseções. Ainda que pesem o esforço e a simpatia com que a questão foi implicitamente tratada em diversas atividades, pairam, de parte de alguns, muitas dúvidas sobre as reais condições de sua existência. Em resumo, é possível que grande parte das atividades desenvolvidas com textos literários esteja consagrando interseções, mas, certamente, ainda estamos longe de universalizar tais práticas em planos de curso que formalmente incluem língua e literatura de modo orgânico.

Na síntese que procuramos desenvolver, destacamos três questionamentos gerais para servir de suporte para uma tentativa de compreensão do território sobre o qual estamos pisando. Assim, partindo da concepção inicial de dois objetos (ou campos), o que estamos avaliando na atividade em questão (mesa-redonda, minicurso) representa:

- a) dois objetos de conhecimento distintos e as possibilidades de sua confluência para alguns de seus aspectos?
- b) a existência de um conjunto de categorias de análise, de abordagens, transitáveis por um e outro objeto?
- c) duas abordagens diferentes sobre atividades de linguagem (língua e literatura) e as conveniências (teóricas e práticas) de fazê-las confluir num programa em comum?

Os pressupostos que estão implicados nessas questões (“objetos de estudo, categorias de análise, abordagens de ensino”) constituem padrões diferentes em relação às possibilidades do tema. A própria formulação do Simpósio, ao mencionar interseções, resguarda a autonomia dos dois objetos e cria condições para aquilo que poderia vir a ser uma resposta favorável para a questão (a) acima. Assim, ao resguardar a sua autonomia, estaremos mais propensos a reconhecer algum recorte em comum, sobre o qual devemos operar interseções. Não se constatou, entretanto, nos relatos de atividade, a pretensão de que o implemento de certas interseções viesse a produzir um novo objeto de estudo, nem se apontaram regiões desses objetos sobre as quais devêssemos ativar interseções de forma exclusiva. Existem aspectos do funcionamento discursivo sobre os quais dispomos de instrumentos mais eficazes de análise (cf. Esquema 1: objeto). O que podemos extrair dos relatos em termos a dessa questão traduz-se pela importân-

cia de se revigorar a autonomia dos dois objetos, até mesmo supondo que um desenvolvimento autônomo maior pudesse elucidar interfaces factíveis. Isso não exclui, entretanto, o fato de se supor que interseções possam acontecer sem gerar qualquer tipo de tensão: as interfaces que se criam podem vir a gerar uma concepção renovada de análise e uma visão mais efetiva do instrumental teórico, sobretudo quando se destacam fatos específicos no funcionamento de texto, por exemplo. De toda forma, as aproximações que foram ensaiadas, ao que parece, não ameaçam a autonomia desses objetos de estudo, mas deslocam o território da discussão para categorias e estratégias, meios através dos quais a realização do tema parece ser mais viável.

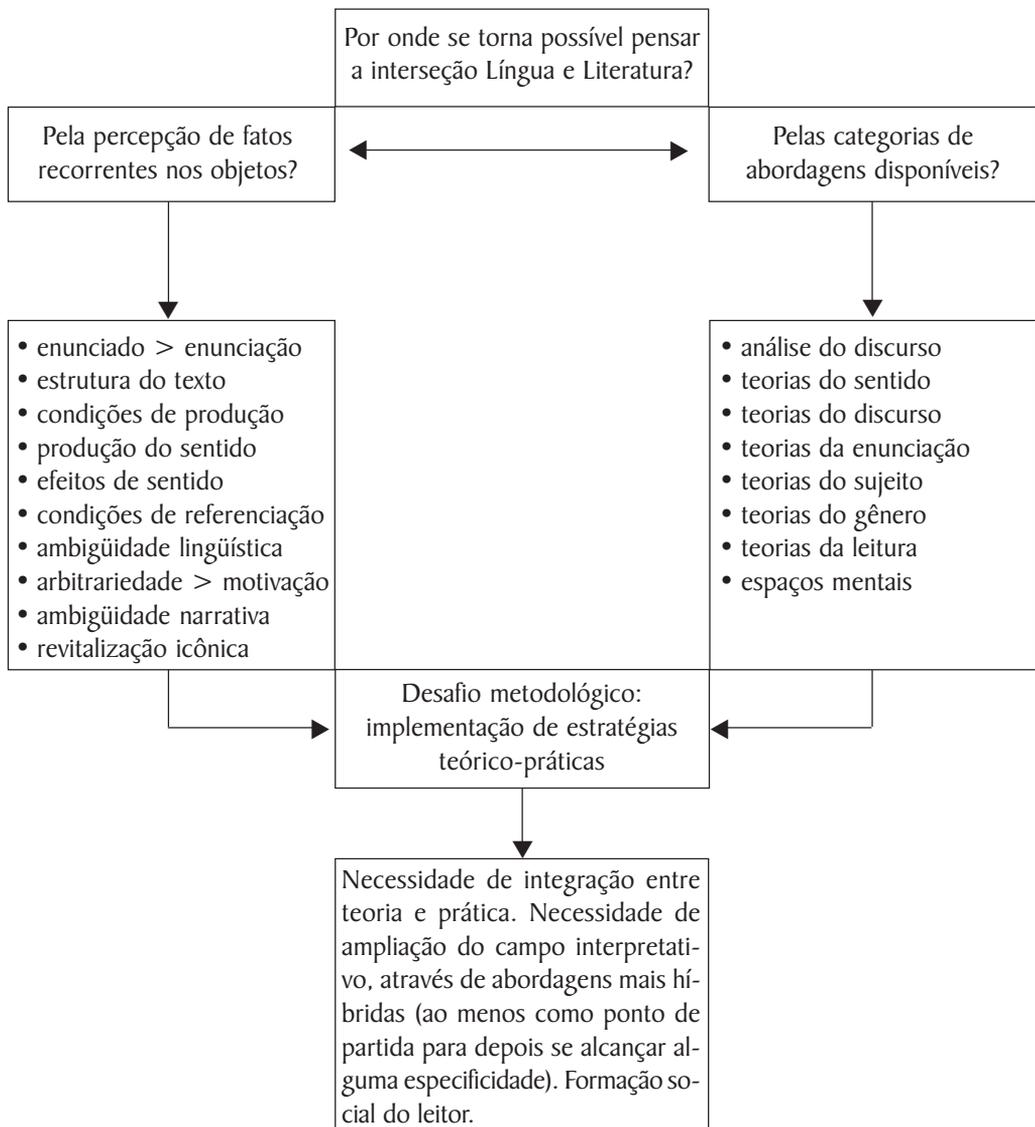
Quanto à questão (b), parece não existir dúvidas sobre as conveniências de utilização de certas categorias na consecução de interseções, bem como a exclusão deliberada de outras, ainda que nos detalhes não tenhamos domínio de um mapeamento preciso das categorias, objeto dessa inclusão/exclusão. Todos os parâmetros (cf. Esquema 1: categorias e abordagens) que incluímos no campo da enunciação, certamente, recobrem a análise de fatos na língua e na literatura, até onde pudermos admitir essa distinção. Por exemplo, intertextualidade, interdiscursividade e polifonia perpassam qualquer manifestação de linguagem e a sua análise depende, de modo estreito, das categorias enunciativas que articulam o campo enunciativo da produção e da percepção. Muitos dos relatos testemunharam a larga utilização de categorias de análise decorrentes de abordagens como análise do discurso, gêneros discursivos, análise da conversação e espaços mentais; todas empenhadas na compreensão aprofundada do funcionamento de certas práticas de linguagem, incluídas as práticas literárias.

A questão (c) reflete o que existe de mais imediato em todo esse processo: implementar abordagens, buscar (e até mesmo improvisar) alternativas ressoam como preocupações naturais para aqueles que, na sua atividade em sala de aula, confrontam-se com um universo textual com ampla diversificação. Nessa busca constante, os objetos se hibridizam e a prática de literatura pode não ser mais algo tão distinto de outras práticas de leitura, ainda que possam existir preocupações fundamentadas com a historicização dos objetos literários. É claro que a efetivação de procedimentos dessa ordem está na dependência direta de níveis de aplicação da leitura ou dos objetivos a serem alcançados com ela.

Os relatos apresentados não testemunharam que o consenso e a universalização da prática de interseção tenham sido ratificados nas intervenções dos integrantes de mesas e de minicursos. Não houve também uma preocupação dominante em explicitar posicionamentos contra ou a favor da interseção, o que nos leva a inferir, como observadores de outras cenas (por exemplo, a da prática de leitura no ensino fundamental), o pouco valor a ser atribuído a especificidades

textuais, já que o trabalho que se projeta sobre textos tende à uniformização. No entanto, se há estratégias que podem conduzir a um apagamento das diferenças textuais – o que nem sempre é salutar –, há outras que buscam superar os percalços dessa prática. Ao seu modo e nos seus limites, apagamento e recrudescimento das diferenças desempenham papéis fundamentais naquilo em que os relatos insistiram, enquanto formação social do leitor. É possível que, na administração desse conflito, muitos relatos tivessem a preocupação sensata de destacar a necessidade de práticas que sejam abonadas por teorias, conforme ilustra o Esquema 1. Assim, não há como desconhecer esse universo de categorias múltiplas que freqüentam as práticas de análise de texto na escola fundamental. Ao que parece,

Esquema 1



precisamos de sincronizá-las em torno de objetivos mais explícitos. Nessa escala, produzir interseções não significa eliminar diferenças em nome de uma inexplicável (con) fusão.

Ao comentar as três questões acima, pensamos ter aglutinado, em termos de uma reflexão básica, o conjunto das aplicações, das conclusões, dos questionamentos, das sugestões, dos impasses que foram objeto de debate nas mesas-redondas e nos minicursos durante a realização do Simpósio. No Esquema 1, apresentamos, de modo analítico, um certo número das manifestações mais recorrentes que foram recuperadas pelos relatores.

## QUESTÕES FINAIS

Ao longo desse relato, procuramos destacar alguns aspectos que foram apontados como forma de balizamento da questão central proposta pelo Simpósio. Ao invés de apenas compilar um elenco de itens resumidores das exposições e dos debates nas mesas-redondas e nos minicursos, optamos por fazer algumas considerações a partir das informações que ali foram colhidas e um pequeno resumo do problema formulado para discussão. Informações e posições mais desenvolvidas sobre temas específicos de todas as atividades do evento poderão ser apuradas nos próprios textos dos participantes. Não seríamos capazes de refletir, com a densidade e com a profundidade que o tema requer, os detalhes de muitas polêmicas engendradas pela formação acadêmica e pela experiência de cada um dos convidados. Feitas essas ressalvas quanto à forma um tanto inusitada que esse relato assumiu, gostaríamos de registrar algumas questões finais que estariam ainda a exigir discussões mais intensas.

O primeiro ponto refere-se à questão da autonomia dos objetos – “Literatura e Língua” – que foram problematizados pela “interseção”. Não nos deparamos com evidências que estivessem questionando o núcleo específico que cada um deles representa, enquanto pesquisa e enquanto forma de construção do conhecimento. Nesse particular, ambos têm instâncias próprias de articulação dos seus fundamentos, dos seus conceitos essenciais e atropelar essa articulação pode significar uma permuta inconseqüente entre o que é constitutivo para um objeto e as interfaces que ele mantém com outros. Nada do que estamos retomando aqui anula a discussão anterior: ali, quando enfocamos a interseção, fizemo-lo por via de abordagens que ajustam objetos em feições assemelhadas, de categorias que transitam de um objeto para outro, de partes dos objetos que têm a mesma materialidade, mas especificidades funcionais distintas. Nada disso afeta a autonomia conceitual, nem de língua, nem de literatura.

O segundo aspecto relaciona-se ao fato de que, ao promover interseções, estaríamos, ou não, possibilitando a emergência de um novo padrão de objeto conceitual, seja por uma deformação da literatura – a perda circunstancial de algum tipo de efeito estético –, seja por uma deformação na apuração de fatos lingüísticos – o afrouxamento na objetividade de certas análises. É possível que uma das formas de fundamentar um comentário para essa questão seja submeter as categorias implicadas na interseção a uma avaliação rigorosa daquilo que elas podem gerar na leitura de um texto. Se compararmos, por exemplo, o resultado de uma interpretação textual que enfatize os efeitos de sentido decorrentes de categorias restritas ao enunciado em contraste com aquelas da enunciação, vamos constatar a existência de um produto bastante diferenciado. Esse diferencial não deve ser visto apenas pelo volume de informações, mas sobretudo pela natureza das informações que são captadas nesse processo. Embora essa comparação não deva ser vista como uma competição – a enunciação não é melhor na efetivação de efeitos de sentido do que o enunciado e vice-versa –, ninguém pode desconhecer as possibilidades que a enunciação nos oferece para a leitura. Para que se assuma a concepção de um novo objeto, todavia, é necessário construir padrões que sejam capazes de fazer confluir todos esses episódios que recolhemos do plano da enunciação para erigir a leitura. As interseções se fazem presentes, existe um trânsito inevitável de categorias – por exemplo, as condições de referenciação para a lingüística não podem avançar sem uma compreensão mais clara sobre aquilo que constitui a ficção –, mas essa dinâmica não autoriza inferir a existência de um instrumental propício a captar, para a leitura, um potencial de efeitos de sentido, característico de um novo padrão de interpretação.

Por fim, o que estamos produzindo ainda é a demarcação de um território onde outras metodologias podem vir a efetivar-se em decorrência da presença reiterada de novas categorias de análise. Nunca é tarde lembrar, porém, que muitas dessas tentativas, desde o estruturalismo, podem ter se mostrado promissoras, à primeira vista, mas não decolaram de modo convincente. De toda forma, os processos de interpretação sofreram mudanças importantes nessas últimas décadas, mas isso ainda fica, muitas vezes, na dependência de um certo voluntarismo daqueles que se arriscam a avançar sobre regiões inóspitas dos textos. Nem sempre há muito de sistemático nesse desafio, senão um apelo constante ao aleatório; mas talvez seja essa a dinâmica adequada de uma leitura que quer ser capaz de propiciar a emergência do novo. Em muitos casos, temos a impressão de que as categorias de análise mudaram, mas os resultados obtidos continuam dentro um mesmo padrão. O trânsito exacerbado de categorias disponíveis para a análise textual parece evocar, no fundo, a nossa incapacidade total de admitir um limite de sentido para o texto, exceto quando apuramos os seus efeitos de sentido. É

possível que os textos tenham limites, ainda que não sejam limitados, como quer Barthes (1980), e, se esse limite existe, ele não pode ser confundido com a limitação que lhe é imposta por uma metodologia de análise. O limite do texto parece ter a mesma extensão do limite da alma humana, mais tecnicamente, da mente humana. A leitura, de resto, nada mais seria do que um registro circunstanciado que a mente produz sobre o texto.

## ADENDO

Relacionamos, abaixo, um conjunto de questões que serviram de base para discussão entre os relatores das atividades do Simpósio. A especificidade dos textos apresentados em mesas-redondas e minicursos pode servir de suporte para uma discussão de parte dessas questões. Essa é a razão para a sua presença aqui.

1. Houve explicitação de alguma tese sobre o caráter irreconciliável entre os dois campos em análise? Em quê se fundamenta essa tese?
2. Houve explicitação de alguma tese sobre o caráter de aproximação possível ou necessária entre os dois campos em análise? Em que se fundamenta essa tese?
3. Foram mostradas evidências locais e globais para justificar ou refutar, com base em atividades experimentais em sala de aula, as teses acima?
4. Houve propostas de reivindicação para a literatura de uma especificidade de funcionamento discursivo? Em que se fundamentou essa especificidade?
5. Houve propostas de conciliação entre os dois campos, com o abandono de qualquer qualificação especial para o texto literário?
6. Existe algum nível de ensino, em que se deve assegurar a distinção entre as atividades com língua e com literatura e outros onde ela deva ser abandonada?
7. Existe alguma justificativa que fundamente o processamento específico do texto literário? A literatura não seria *a posteriori*?
8. Diante do cenário atual de proliferação de prefixos (multi, inter, trans...) associados a disciplina, os dois campos em análise marcham para mesclagens diferentes, ou a primeira mesclagem, sem prefixo, deve ser doméstica?

## Résumé

En prenant comme base des réflexions sur les contributions théoriques que soutiennent des tentatives d'approximation les domaines d'étude de la langue portugaise et de la littérature et en considérant les débats réalisés dans le I Simpósio de Língua e Literatura: Interseções, le présent travail discute les évidences qui indiquent soit les rapports nécessaires entre les deux domaines soit la productivité de les tenir comme des territoires autonomes. Il traite aussi des divergences – d'approches, de concepts et de position politique – dans les différents espaces institutionnelles.

Mots-clé: Langue portugaise; Littérature; Enonciation; Enoncé.

## Referências

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1980.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo, Cultrix, 1978.

GREIMAS, A. J. **Du sens II**. Essais sémiotiques. Paris: Seuil, 1983.

STEINER, G. **Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.